

PMDB não atende apelo de Collor

BRASÍLIA — A reunião do presidente Fernando Collor com os presidentes da Câmara e do Senado e as lideranças do PMDB nas duas Casas acabou com a esperança que o governo tinha de aprovar, ainda este ano, as alterações na Constituição previstas no Emendão. "O presidente ficou convencido de que não se trata de má vontade da oposição, mas da falta absoluta de tempo para se votar propostas de emenda constitucional", garantiu o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), após o encontro, de quase três horas, no Palácio do Planalto.

O presidente Collor não levantou a hipótese de convocação extraordinária do Congresso após 16 de dezembro, quando começa o recesso parlamentar. Mas deixou claro o seu interesse em aprovar pelo menos as medidas de ajuste fiscal e modernização da economia contidas no Emen-

dão. "O país precisa dessas reformas para voltar a crescer", disse Collor aos pemedebistas, ao concluir sua exposição sobre a crise por que passa o país com um apelo para que suas propostas sejam votadas com urgência. "O presidente está tão obstinado por essas mudanças, que não ficarei surpreso se houver uma convocação extraordinária do Congresso", concluiu Lucena.

Também participaram da reunião o coordenador político do governo, e ministro da Justiça, Jarbas Passarinho; o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE); e o líder do bloco PFL-PRN, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Além das dificuldades regimentais da tramitação de emendas constitucionais, os líderes do PMDB na Câmara e no Senado apontaram duas questões que dificultaram as negociações com o governo depois do envio do Emendão ao Congresso: a obstrução da bancada goernista a votação dos vetos de Collor à política salarial e ao aumento dos funcionários públicos civis e militares, e a atuação do governo na derrota da emenda que antecipava de 1993 para 1992 o plebiscito sobre a adoção do parlamentarismo. "O presidente não vê nenhum impedimento para que seja rediscutida a questão da data do plebiscito", contou o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), após o encontro. Na opinião de Ibsen, o fato de o presidente não rejeitar a ideia pre-nuncia uma nova discussão do tema.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (BA), disse ao presidente Collor que há grandes resistências em sua bancada

para aprovação de dois temas polêmicos do Emendão: a redução do repasse de recursos do ICMS para os municípios e a suspensão do princípio da anualidade dos tributos. Mas o próprio Genebaldo acenou com a possibilidade de o Congresso alterar o ano fiscal para julho de 1992, caso não seja possível votar o ajuste fiscal ainda este ano. "O presidente sabe que, quando a emenda chegar ao plenário, umas propostas passam e outras não", resumiu o líder. A cúpula pemedebista não assumiu nenhum compromisso com o presidente no tocante ao mérito das medidas. "Fizemos apenas um acerto de procedimento, com o compromisso de empenharmos todos os esforços para agilizar as votações", explicou o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE).